



CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTA AMÉLIA (UNISECAL)

MAYARA DE PONTES

**AS FONTES JORNALÍSTICAS NO TEMA “PROSTITUIÇÃO”: A
ABORDAGEM DA REVISTA “AZMINA”**

PONTA GROSSA

2022



MAYARA DE PONTES

AS FONTES JORNALÍSTICAS NO TEMA “PROSTITUIÇÃO”: A ABORDAGEM DA REVISTA “AZMINA”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para a obtenção de título de graduada pela Unisecal, na área de Jornalismo.

Orientador: Helton Costa.

PONTA GROSSA
2022



MAYARA DE PONTES

**AS FONTES JORNALÍSTICAS NO TEMA “PROSTITUIÇÃO”: A
ABORDAGEM DA REVISTA “AZMINA”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Sociedade Educativa e Cultural Amélia Ltda -
SECAL.

Banca Examinadora:

Prof. Orientador Helton Costa
Sociedade Educativa e Cultural Amélia Ltda.

Prof. Componente da Banca
Sociedade Educativa e Cultural Amélia Ltda.

Prof. Componente da Banca
Sociedade Educativa e Cultural Amélia Ltda.

Ponta Grossa, de de 2022.



Sumário

RESUMO.....	5
1 INTRODUÇÃO.....	5
2 O CONTROLE MUDIÁTICO NA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS	6
3 PROSTITUIÇÃO: DO QUE SE TRATA ESSA PRÁTICA E QUAIS OS ENFOQUES LEGAIS NO BRASIL	8
4 A MÍDIA E ABORDAGEM SOBRE A PROSTITUIÇÃO.....	10
5 SOBRE A REVISTA DIGITAL “AzMina: JORNALISMOS E TECNOLOGIA PELA “IGUALDADE DE GÊNERO”	11
6 CLASSIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS FONTES UTILIZADAS NA REPORTAGEM	13
CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
REFERÊNCIAS.....	18



RESUMO

O presente artigo analisa a reportagem investigativa “As três faces da prostituição”, escrita pela fundadora do “Movimento Eu Não Mereço Ser Estuprada” e diretora executiva da revista “AzMina”, Nana Queiroz. Veiculada revista digital “AzMina” em março de 2017 e atualizada em setembro de 2020, o editorial a ser analisado englobou aspectos e características da reportagem investigativa apresentado no corpo do texto e também a forma como é retratado o tema ‘prostituição’, em que se questiona se há dramatização das fontes e suas histórias e se há sensacionalismo. Todas as problematizações somam-se ao a um olhar mais sensível e a partir de um recorte de gênero bem definido.

Palavras-chave: Revista. Reportagem. Prostituição. Gênero. Feminismo.

Abstract:

This article analyzes the investigative report “The three faces of prostitution” written by the executive director of the magazine “AzMina” and author of books Nana Queiroz, published in the digital magazine “AzMina” in March 2017 and updated in September 2020. The research analyzes what aspects/characteristics of investigative reporting the report presents, how the report deals with the theme 'prostitution', if there is dramatization of the sources and their stories, and if there is sensationalism, all these issues added to the feminist perspective and gender approach that is one of the main features of the magazine.

Keywords: Magazine. Report. Prostitution. Genre. Feminism.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo analisar a reportagem investigativa “As três faces da prostituição”, matéria publicada pela editora executiva da revista “AzMina”, Nana Queiroz, em março de 2017. O conteúdo da reportagem aborda as problemáticas sobre a não-regulamentação das “profissionais do sexo”, a ilegalidade seguida da exploração por parte dos chamados “cafetões”, indivíduos que “sobrevivem” à custa de prostituição. O artigo também aborda o descaso da polícia civil de Guarulhos (SP), que por razões que se correlacionam com racismo e homofobia, por vezes negligencia a situação de milhares de prostitutas que circulam pelas ruas de São Paulo.



A narrativa do editorial analisado debruça-se sobre vários pontos de vista sobre da prostituição. Legalizar ou criminalizar? Quais seriam as saídas possíveis para tornar a vida de mulheres prostitutas mais dignas? Enquanto alguns grupos defendem a legalização da prostituição afirmando o cerceamento da profissão só deixa essas mulheres mais a margem da sociedade, outros grupos defensores do fim da exploração da mulher, alegam que a prostituição é uma mercantilização indigna do corpo e da sexualidade e que, logo, é um dever da sociedade zelar pelo corpo de mulheres marginalizadas historicamente, de modo a protegê-las e garantir uma vida apropriada.

A prostituição feminina é debatida em escala mundial e existem várias nuances possíveis. Contudo, o objetivo da reportagem de Queiroz analisada aqui, não é chegar a uma conclusão do que é “melhor” ou “pior”, mas sim analisar de forma responsável os impactos que as políticas públicas podem exercer para resguardar os direitos da mulher. Neste sentido, a finalidade deste estudo é analisar por meio das fontes utilizadas a abordagem do conteúdo, com enfoque no sensacionalismo e dramatização e do olhar feminista que é uma das características principais do veículo de comunicação “AzMina”.

O objetivo do trabalho é iniciar uma reflexão acerca dos impactos da abordagem midiática acerca da prostituição, bem como analisar de que modo o jornalismo alternativo consegue, ao mesmo tempo, abordar a situação de forma adequada a sua real dimensão, sem perder de vista as inúmeras controvérsias acerca do tema e sua importância para a vida das mulheres prostitutas. O presente artigo divide-se em três momentos: o primeiro, de descrever o jornalismo de modo geral, sua forma de interação com o público e a produção de estereótipos. Em um segundo momento, abordaremos a problemática em questão, fazendo uma breve contextualização do conceito de prostituição, as formas como é abordada pela mídia e posteriormente, de que modo o jornalismo alternativo contribui eticamente para o enquadramento do tema.

2 O CONTROLE MIDIÁTICO NA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS



Segundo Thompson (1995), as formas simbólicas dividem-se em cinco características básicas: elas são sempre intencionais de um sujeito para o outro; são convencionais (o processo de interpretação envolve regras, códigos e convenções); as formas simbólicas são estruturais; são referenciais por representarem algo, e por fim, são contextuais, ou sejam, inserem-se em processos sócio-históricos. Essas características moldam a produção midiática, de modo a construir representações sociais sobre minorias que naturalizam formas de existir, de pensar e opinar sobre o mundo. A mídia junto à cultura moderna, para Thompson (1995), é o processo geral através do qual a transmissão das formas simbólicas é mediada por aparatos técnicos e institucionais das indústrias da mídia: “vivemos, hoje, em sociedades onde a produção e a recepção das formas simbólicas é sempre mais mediada por uma rede complexa, transnacional, de interesses institucionais” (THOMPSON, 1995, p.12).

Segundo Hall (1997), o estereótipo faz parte da manutenção da ordem social e simbólica e faz uma fronteira entre o “normal” e o desviante”, o "patológico" e o “aceitável” e em suma, o “nós” e o “eles”. Esses estereótipos são produzidos de acordo com as ideias hegemônicas, que na maioria das vezes vão de encontro com princípios da moral cristã e conservadora, que exclui quem é diferente da maioria. A esfera da vida privada é constantemente invadida assim que se liga a televisão, com novelas, programas, noticiários, etc. e, apesar da sensação de “controle” que se tem, ao selecionar o que queremos assistir de acordo com o gosto pessoal, isso não significa que seja possível não ser atingido pela massiva produção de estereótipos. Como afirma Barthes (1989), as imagens intencionais transmitidas pelos meios de comunicação são consumidas de forma natural pelo público, que não as vê como sistemas de valores.

Os estereótipos não dão sentido à totalidade, mas operam com uma *interpelação concreta*, oferecendo um conjunto de valores que orientam comportamentos, padrões e internalizam no imaginário social padrões tipificados. Segundo Biroli (2011):

As caracterizações e julgamentos são relativos, constroem-se em contextos sociais concretos e estão fundados em valores que se pretendem universais ou, ao menos, amplamente compartilhados – com base neles, definem-se, concomitantemente, norma e desvio. Além de ser “viciada”, a relação entre estereótipos e realidade está ligada, assim, aos exercícios do poder, com



graus variados de institucionalização, que impõem ônus e desvantagens materiais e simbólicas a alguns grupos sociais. (BIROLI, 2011, p. 79)

Alguns grupos que são alvos diretos da opressão, da dominação cultural e da vulnerabilidade, sofrem com as situações estereotipadas que têm efeito concreto sobre essas comunidades marginalizadas. Como define Young (*apud* BIROLI, 1990), o “imperialismo cultural” promove significados dominantes, tornando alguns grupos invisíveis e estereotipados. Ainda segundo a autora, os estereótipos permeiam a sociedade de modo que sejam não sejam percebidos e não sejam questionados e fazem com que violência seja uma “possibilidade constante no horizonte da imaginação social” (YOUNG *apud* BIROLI, 1990, p. 62-63).

3 PROSTITUIÇÃO: DO QUE SE TRATA ESSA PRÁTICA E QUAIS OS ENFOQUES LEGAIS NO BRASIL

Existe um ditado bastante popular que diz que a “prostituição é a profissão mais antiga do mundo”. Este “mito” originou-se em um conto redigido em 1888 por Kipling Rudyard (autor do livro “O livro da selva” – obra que inspirou o filme “Mogli: O Menino Lobo”). Sem imaginar os impactos que sua ficção poderia causar até os dias atuais, descreve-se a história da prostituta Lalun, membro da profissão mais antiga do mundo, a “prostituição” (SUPER ABRIL, 2012).

O evento responsável por dar o pontapé inicial para tornar a frase um “clássico” da sabedoria popular – que ecoa mundialmente, foi o congresso dos Estados Unidos realizado após o país passar por um surto de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) e que atribuiu às prostitutas a causa da proliferação das doenças. Para defender a regulamentação da profissão utilizaram a frase como base do argumento de que não podia ser proibido uma profissão que praticamente nasceu com natureza humana (SUPER ABRIL, 2012).

Qual é, portanto, a verdadeira origem da prostituição? Não existem origens exatas para a prostituição como uma “profissão”. Ao que se sabe, ao menos no Brasil, a prática iniciou nos tempos da escravidão, no qual a maioria das prostitutas eram escravas negras na corte imperial. Mas, a questão se tornou um problema social



apenas quando mulheres europeias brancas passaram a vir para o Brasil, e sem falar o idioma, foram forçadas a exercer a profissão por falta de opção. Foi apenas em 1970 que o termo “profissional do sexo” surgiu para designar pessoas que se prostituem (SUPER ABRIL, 2012).

Em 1997 surgiu a primeira proposta para regulamentar a profissão, através do Projeto de Lei nº 3.436/97 proposta pelo ex-deputado Wigberto Tartuce (MDB). O PL nº3.436/97, tinha por base a alegação de que *a/o “profissional do sexo [é] aquele que pessoalmente e mediante remuneração ou vantagem, utilizando-se do próprio corpo, exerce o comércio sexual, sendo proibido para menores de 18 anos”*. O PL nº 3.436/97, ainda previa que os/as profissionais poderiam ser segurados pela Previdência Social na qualidade de autônomos, porém, eram obrigados estar cadastrados em Unidades de Saúde bem como realizar exames mensais para a prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST, também utilizando do Código Penal proibindo todo incentivo ou exploração por essa atividade. Porém, após dois anos, a proposta foi recusada pelo congresso. Referência de onde tirou.

Contudo, as tentativas de regularização não trouxeram à tona o verdadeiro cerne da problemática: deve uma pessoa mercantilizar seu próprio corpo? O que leva, de fato, as pessoas a exercerem tal profissão? Em 2002, a prostituta entrou para o Código Brasileiro de Ocupações (CBO), na versão do Ministério do Trabalho e Emprego, no item “Profissional do Sexo” que apresenta também “Garota de programa, Garoto de programa, Meretriz, Messalina, Michê, Mulher da vida, Trabalhador do sexo”. Contudo, a legalização ainda ficou uma incógnita. Em 2003 foi criado o PL nº 98/2003 pelo deputado Fernando Gabeira (PV), porém este nunca saiu da gaveta. Somente em 2012 o tema voltou a ser debatido com o projeto proposto pelo deputado Jean Wyllys, o PL Nº 4.211/2012 que considerava *“profissional do sexo toda pessoa maior de dezoito anos e absolutamente capaz que voluntariamente presta serviços sexuais mediante remuneração”*¹.

Os dados fornecidos em 2010 pelo programa de televisão “A Liga”, exibido no canal Rede Bandeirantes de 2010 à 2016 (QG Feminista, 2018), mostram que a

¹ De acordo com o site da Câmara dos Deputados:

<<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/EIS-A-QUESTAO!/430702-A-REGULAMEN-NTACAO-DA-PROSTITUICAO-NO-BRASIL.html>>. Acesso em: 4 out. 2022.



prostituição no Brasil é uma questão social e de saúde pública. São mais de 1.500.000 (um milhão e quinhentos) de pessoas que se prostituem e destes, 78% são mulheres e 70% delas não têm profissionalização; os homens correspondem a 7% e as travestis, somam 15%. Do total de pessoas, 59% são responsáveis unicamente pelo sustento dos filhos, e somente 45,6% têm apenas o primeiro grau de estudos. Ainda, 24,3% não possuem Ensino Médio completo. Por fim, outro dado assustador também aparece: 87% da prostituição acontece na rua.

4 A MÍDIA E ABORDAGEM SOBRE A PROSTITUIÇÃO

Segundo um clássico texto de Walter Lippmann, a opinião pública não é uma mera síntese individual elaborada “livremente”, mas fruto de uma perspectiva racional do conceito de esfera pública (uma das esferas do campo liberal). O ser humano não é um sujeito “vazio” que vai evoluindo ao longo da vida, mas é produto da conjuntura e do contexto em que vive. A mídia, portanto, é um instrumento cuja função não é apenas informar, mas possui também a potencialidade de conduzir, simplificar e até mesmo de modelar o conteúdo de modo a torná-lo “sensacionalista”, o que influencia diretamente o público e forma opiniões, imaginários sociais capazes de deturpar completamente o sentido de um tema. A prostituição, enquanto um fenômeno social é um tema que repercute em diferentes meios de comunicação, também passa por esse “filtro midiático”.

Apesar da prática da prostituição não ser considerada um crime no Brasil, de acordo com Valle (2010), até 2005 (mesmo com um movimento de prostitutas bem organizado no Brasil há mais de 10 anos), o que se tinha era uma mídia jornalística que retrata prostitutas através de páginas policiais e na maioria das vezes, ligadas à criminalidade. Contudo, essa não era a única visão da prostituição. Houve também um lado que figurava-se “nas páginas dos textos culturais, retomando contextos ficcionais, como personagens teatrais, fílmicos, musicais e literários” (ALENCAR, 2012, p. 13).

Essas produções literárias por vezes eram de cunho moralista e religioso. A mídia, ao reproduzir estereótipos e desconfianças, tende a construir no imaginário



social que o prazer é algo pecaminoso e que deve ser criminalizado. No caso do Brasil, ainda é válido destacar que: “a mídia divulga esses crimes [turismo sexual, tráfico de pessoas e exploração sexual] ao redor da prostituição, por vezes, apresentando dados exagerados, falsos e conflituosos nas notícias” (RICCARDI, 2017, p. 34).

Contudo, não se trata tão somente de representação, uma visão ideal de algo concreto. A forma como a mídia aborda a temática das profissionais do sexo refletem objetivamente na prostituição. O que se tem, na maior parte dos casos, é “a prostituta acabou no meio da total marginalidade porque aqueles que a cercam são considerados criminosos e, de alguma forma, transferem essa condição a ela” (LEITE, 2009, p. 61). Ou seja, a situação é abordada pelas beiradas, mas nunca é trabalhado a real condição das pessoas que são de fato as profissionais.

O comunicador, que também é por natureza um influenciador e formador de opiniões, traz a tona assuntos relacionados à violência, que tendem a despertar sentimentos de preocupação por parte do público e o que pode acontecer quando há o emprego aleatório de expressões e palavras é que se “compromete a veracidade dos fatos, fomenta a invisibilidade das violações aos direitos humanos e eleva os riscos de se alimentar estereótipos e preconceitos” (RIBEIRO, 2014, p. 12).

5 SOBRE A REVISTA DIGITAL “AzMina: JORNALISMOS E TECNOLOGIA PELA “IGUALDADE DE GÊNERO”

No início dos anos 2000, a América Latina se transformou em um lugar de sociabilidades alternativas, sobretudo em função do esgotamento de modelos neoliberais. Assim, inúmeras crises eclodiram e muitos governos que defendem ferrenhamente esses modelos foram abaixo. Contudo, os novos ocupantes dos cargos públicos não tinham uma ideologia política específica. Emergiram nesse contexto forças políticas identificadas com perspectivas identitárias étnica e social. Como considera Aníbal Quijano (2005), esse processo pode ser explicado pelos intensos processos de violência e destruição que fazem parte da formação do povo latinoamericano.

Nesse processo que ainda reverbera, a mídia alternativa cumpre uma importante função de ampliar vozes dentro da esfera pública, com um conteúdo que



problematiza estereótipos produzidos pela mídia hegemônica. O jornalismo alternativo pensa a objetividade jornalística não como uma idealização “neutra”, mas sim com outras perspectivas éticas, que problematizam abordagens tradicionais que generalizam partes do todo, em que muitas vezes é a perspectiva masculina que prepondera.

A revista digital “AzMina” é um veículo jornalístico independente criado em 2015, que traz em suas reportagens e matérias diversos temas com recorte de gênero. Por ser uma revista feminista, a maior parte dos assuntos abordados abrangem o universo feminino, além de outras pautas ignoradas ou que não recebem a devida importância na grande imprensa. Outra característica da revista é retratar temas e assuntos, descentralizando a visão masculina ou generalista costumeira. A missão da revista é “promover a equidade de gênero por meio da informação e da educação, considerando especificidades de raças, classe e orientação sexual”, e a visão é “criar um mundo onde gênero não influencie o acesso das pessoas a direitos e oportunidades” (Revista AzMina, 2015).

Uma das alternativas ao jornalismo tradicional, a revista AzMina vai contra a uma abordagem que se diz “neutra”, mas na realidade é desinteressada de discutir questões sociais. O jornalismo da AzMina coloca-se contra o machismo e quebra diretamente o padrão imposto. A plataforma se coloca como promotora da “equidade de gênero por meio da informação e da educação, considerando especificidades de raças, classe e orientação sexual”. Existe uma produção de conteúdo interessada em abordar as opressões de gênero a partir de uma perspectiva interseccional, ou seja, que revele todas as camadas sociais pelas quais uma mulher (cis ou travesti) pode estar suscetível.

O Estatuto editorial da revista online considera a empatia como motor central: “AzMina procura se colocar no lugar do outro. Nosso jeito de contar histórias e de difundir o conhecimento passa pela escuta genuína e interessada, reconhecendo a singularidade de cada indivíduo e buscando soluções coletivas”. Ainda, a revista compromete-se com a “Excelência e responsabilidade na apuração e na transmissão de conteúdo [...] Transparência: Dados e processos abertos e compartilhados sempre” (Revista AzMina, 2015).



Um das premissas da revista é dar voz às minorias, por essa razão o quadro de profissionais é selecionado para defender uma cobertura jornalística diversa e plural. Para isso, a equipe da revista “AzMina” é composta atualmente por 20 mulheres localizadas em cinco estados, sendo 65% de pessoas negras, 35% LGBTQIA+ e 25% de jovens, com menos de 24 anos. O intuito, além do acima citado, é também desfazer um desequilíbrio histórico reproduzido e reforçado pela imprensa tradicional no qual as minorias não têm espaço de destaque nas redações.

As principais editorias da revista são: política, violência, saúde, feminismos, opinião, divã d’azmina e web stories. A revista tem outras frentes de atuação como palestras, campanhas e consultoria. Com atuação desde 2015, a revista “Azmina” teve seu trabalho reconhecido em importantes prêmios do Brasil e do mundo, como Prêmio Rompa, Prêmio 99 de Jornalismo, Prêmio Respeito e Diversidade, entre outros (Revista AzMina, 2015).

6 CLASSIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS FONTES UTILIZADAS NA REPORTAGEM

Como abordado brevemente, a visão sobre a prostituição no Brasil, por parte das feministas, é bastante heterogêneo. Temos de um lado feministas que se colocam abertamente contra a exploração do corpo da mulher, de outro, mulheres que defendem a regularização do trabalho, partindo da ideia de escolha, autonomia e sexualidade. Contudo, sabe-se que não é tão dicotômica a abordagem. O artigo “As Três Faces da Prostituição”, demonstra a complexidade de se discutir prostituição.

O trabalho realizado pela jornalista Nana Queiroz no artigo “As Três Faces da Prostituição” baseia-se em inúmeras fontes, dentre elas fontes institucionais, testemunhais e oficiais, conforme segue no quadro 1. Segundo Amaral (2015, p. 44), as fontes testemunhais são “aquelas que presenciaram o fato, participaram diretamente da sua causa ou sofreram as consequências dele”. As fontes testemunhais correspondem a 48,7% dos relatos coletados. Com isso, utiliza-se as fontes oficiais e documentais para retratar as fontes restantes que compõem a obra, de acordo com as categorias propostas por Nilson Lage (2003, p. 63-64), que são as oficiais (pessoas ou documentos que falem em nome de uma instituição), as oficiosas



(que falam por si mesmas, podendo ser até mesmo anônimas) e por fim, as independentes (que não contam com nenhum interesse pessoal aparente, que possam influenciar na imparcialidade dos relatos).

Fonte	Categoria
Guia travesti	Independente
Luisa Marilac (ex-prostituta)	Independente
Grupo de ativismo carioca Transrevolução	Oficiosa
Polícia Civil de Guarulhos	Oficial
Fundação Salles – Centro de Pesquisa Internacional	Oficial
Anistia Internacional	Oficial
Nalu Faria – psicóloga da Marcha Mundial das Mulheres	Oficiosa
Monique Prada – Presidente da Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais	Oficiosa
Amara Moira – prostituta e travesti, autora do livro “E Se Eu Fosse Puta”	Independente
Rachel (Prostituta)	Independente
Melissa Farley – pesquisadora do Centro de Estudo e Pesquisa em prostituição da Califórnia	Oficial
Nadia Van Der Linde – Coordenadora do fundo holandês Red Umbrella de Apoio a Trabalhadores do Sexo	Oficial
RIEC Noord- Holland – organismo do governo holandês.	Oficial
Yvette Luthrs – atriz pornô e presidente do PROUD, Sindicato de Profissionais	Oficiosa



do Sexo da Holanda	
Iracema – prostituta carioca	Testemunhal
Relatório do governo sueco (1999, 2010)	Oficial
Organização Lobby das Mulheres Europeias	Oficiosa
Capitu – Prostituta	Oficiosa
Michê	Oficiosa
Prostituta sem nome revelado	Oficiosa
Stripper negra de olhos verdes	Oficiosa
Letícia Bahia (colega de emprego)	Oficiosa
Kasey Mc Clure - ex stripper, fundadora do grupo de resgate em Atlanta	Oficiosa
Melba Robinson – Diretora do projeto de resgate às vítimas de tráfico sexual do Exército da Salvação	Oficial
Sayuri Smith – ex stripper	Oficiosa
Mary Francis Bowley – Fundadora do Wellspring Linving	Oficial
Centro de Prevenção e Controle de Doenças dos EUA.	Oficial
Urban Institute	Oficial
Brasileira que resgata vítimas em Atlanta (nome não revelado)	Oficiosa
Código Lipit Ishtar	Independente
Nickei	Oficiosa
Questionário aberto da revista “AzMina” 191 clientes de prostitutas	Oficial
Davi – cliente	Oficiosa
Cliente (nome não revelado)	Oficiosa



Santiago – cliente	Oficiosa
Thiago – cliente	Oficiosa
Cliente (norma não revelado)	Oficiosa

Quadro 1: Sistematização das fontes utilizadas no artigo “As Três Faces da Prostituição”.
Elaborado pela autora.

A sociedade ocidental, ao longo de sua história, tratou as prostitutas como mulheres que envergonham suas famílias, identificadas como “sujas”, “corrompidas” e “atrevidas”. Por isso, o jornalismo alternativo acerta em cheio pois, já nas primeiras linhas do artigo sobre a prostituição, apontando sobre o medo, Nana Queiroz relata o “embrulho no estômago” ao vivenciar uma situação em que acompanha a rotina de uma colega travesti e prostituta. A reportagem, é contextualizada em sua maior parte, nas ruas do centro de Guarulhos, em São Paulo.

A narrativa sensível construída ao longo das linhas, não deixa de ser uma dura crítica social, acerca da invisibilidade as mulheres prostitutas, conforme aponta um dos trechos da conversa de Queiroz com sua guia travesti, que uma (também travesti) foi morta naquela região em que se prostituem, e que, quando reportado a polícia, mal foi perguntado sobre o que houve. O corpo da mulher morta foi desovado no Instituto Médico Legal e nunca mais se falou no assunto. Em outro momento, Queiroz confirma:

Em uma noite já se entende porque tantas delas morrem tão jovens – puxando a expectativa de vida de travestis e transexuais brasileiras para os 30 anos, conforme estima o grupo de ativismo carioca Transrevolução. Não há dados do IBGE sobre a questão.

Thalia, Jesse, Micaela, Maria. Todas mortas pela rua. E mais. E mais. E mais. (QUEIROZ, 2017).

Das 90% que se prostituem no mundo, 90% estão ligadas a cafetões que, em suma, são traficantes sexuais que exploram desumanamente as mulheres prostitutas. Qual a melhor maneira de oferecer as profissionais do sexo segurança e dignidade? A resposta para uma pergunta tão profunda, é extremamente complexa. Em alguns lugares do mundo, optou-se criminalizar a prostituição coibir os traficantes e clientes,



em outros lugares, legalizar ou apenas descriminalizar. A solução, segue ainda, bastante complexa (QUEIROZ, 2017).

Conforme aponta a entrevista realizada por Nalu Faria, da Marcha mundial das mulheres, o argumento pró-legalização é baseado em uma visão liberal, como se a prostituição fosse mera consequência das escolhas individuais de cada um. Contudo, o argumento das defensoras da legalização apontam que as tentativas de coibir simplesmente a legalização da prostituição só deixam as mulheres ainda mais reféns da insuficiência de políticas para regulamentar o mercado da prostituição. Em ambos os argumentos, a preocupação crucial é com a vida das mulheres que são marginalizadas historicamente. Ambas as vertentes concordam que o ideal era que houvesse justiça e equidade, para que não existisse a prostituição tal como conhecemos hoje (QUEIROZ, 2017).

O que se pode afirmar, ao ler a narrativa de Nana Queiroz, é que um jornalismo comprometido com a realidade concreta, com a objetividade e a transparência dos fatos, busca ao máximo aproximar-se das fontes, não romantizando a vida de prostitutas, tampouco abordando de forma dicotômica, inclinada a defender apenas um lado da situação. Segundo dados trazidos por Queiroz (2017), Milena Farley, historiadora que entrevistou 854 prostitutas de nove países, descobriu que 95% das mulheres que estão na área trocariam de emprego se pudessem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve o objetivo de iniciar reflexões acerca da importância do jornalismo alternativo, preocupado com questões sociais sem deixar de levar em consideração a visão objetiva, mas não neutra. O comprometimento com a ética e a transparência da mídia contra-hegemônica pode ser objetivada na revista online AzMina, cujo conteúdo conta com riqueza no tratamento das fontes e responsabilidade com a verdade.

Nesse sentido, consideramos que é fundamental promover trabalhos que busquem focar o jornalismo alternativo que esteja de fato comprometido com pautas sociais, pois é impossível se ter uma mídia descompromissada. Até mesmo as



que mais se consideram “neutras” optam por ofuscar a realidade de inúmeras pessoas que são historicamente invisibilizadas.

Podemos, parcialmente, responder a pergunta que norteou o trabalho: houve sensacionalismo por parte do enquadramento do tema “prostituição” na revista AzMina? Como viu-se, o que se teve, na verdade, foi uma abordagem sensível, que não negou a dura realidade em que vivem profissionais do sexo. A reportagem, com dezenas de fontes, mostra a realidade que a mídia estereotipada escolhe ativamente ignorar. Com isso, o jornalismo alternativo segue sendo uma opção concreta para promover ideais democráticos.

Por fim, as fontes que tiveram maior peso na narrativa de Queiroz (2017) foram as testemunhais, o que demonstra que se prioriza em suma a memória das pessoas envolvidas diretas ou indiretamente com casos de prostituição e que estavam a frente das deliberações institucionais. Segundo os próprios preceitos do editorial da revista AzMina “acreditamos que a denúncia da vítima terá maior repercussão e será creditada socialmente se vier acompanhada de uma investigação jornalística que agregue outras provas e depoimentos de testemunhas sempre que possível. Isso não é duvidar da vítima, mas fortalecer a apuração do caso” (Revista AzMina, 2015). Nesse sentido, as diversas fontes servem para preencher todas as lacunas de uma apuração e abordar as diferentes perspectivas do acontecimento.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Sílvia Sampaio de. **Prostitutas Reconfiguradas: artimanhas da marca Daspu na visibilidade dos meios impresso e digital**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2012. 191 p.

AMARAL, Márcia F. **Fontes testemunhais, autorizadas e experts na construção jornalística das catástrofes**. Líbero (FACASPER), v. 1, p. 16-26, 2015.

BARTHES, Roland. **Essais Critiques**. Paris: Éditions De Seuil, 1964.

BIROLI, Flávia. **Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 6. Brasília, julho - dezembro de 2011, pp. 71-98.



CATELLI, Armando. **Controladoria**: uma abordagem da gestão econômica - Gecon. São Paulo: Atlas, 1999.

COSTA, Cindy Carolina Benedetti. **Prostituição e o COVID-19: repercussão na vida dos profissionais do sexo**. Revista CTS, vol. 17, nº 49, março de 2022 (159-177).

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999. Tradução da 5ª edição americana por Antonio Z. Sanvicente.de Metodologia Científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAGE, Nelson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevistas e pesquisas jornalísticas**. 3ª ed.. Rio de Janeiro: Record. 2003.

LEITE, Gabriela. Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Gabriela Leite em depoimento a Marcia Zanelatto. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LIPPMANN, Walter. 2008 [1922]. **Opinião pública**. Petrópolis, RJ: Vozes.

MARTINS, Eliseu. **Avaliação de Empresas**: da Mensuração Contábil à Econômica. In Caderno de Estudos, São Paulo: Fipecafi e EAC/FEA/USP, n.24, v.13, p.28-37, jul./dez. 2000.

MENDES JR, Ricardo; HEINECK, Luiz F. M. **Ensino e informação tecnológica na INTERNET**, XXIV Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia - COBENGE/96, Outubro/1996, Manaus. Disponível em: <<http://www.cesec.ufpr.br/docente/mendesjr/artigos/mendesjr96a.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2006.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Planejamento Estratégico**: conceitos, metodologia, práticas. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

OLIVEIRA, Juliana. M.; AMARAL, Márcia. F. **Os testemunhos na cobertura jornalística do caso Kiss: transbordamento emocional e provas de verdade**. Estudos de Jornalismo e Mídia, v. 13, p. 77-88, 2016.

QG FEMINISTA. **Prostituição: dados internacionais e situação do Brasil**. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/prostitui%C3%A7%C3%A3o-dados-internacionais-e-situa%C3%A7%C3%A3o-do-brasil-10b32b3b2689>. Acesso em: 24/10/2022.

QUEIROZ, Nana. Revista AzMina. **As três faces da prostituição**. [S. L.]:

Quijano, A. (2005). **“Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina”**. Revista do Instituto de Estudos Avançados, v. 19, n. 55, São Paulo, IEA/USP.

REIS, Dálcio R. **Gestão da Inovação Tecnológica**. Barueri, SP: Manole, 2004.



Revista AzMina, 2020. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/as-tres-faces-da-prostituicao/>. Acesso em: 17 out. 2022.

RIBEIRO, Raiana. Tráfico de pessoas na imprensa brasileira. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC. Secretaria Nacional de Justiça, 2014. Disponível em: http://reporterbrasil.org.br/wpcontent/uploads/2015/06/traficodepessoas_imprensa_reporterbrasil.pdf. Acesso em: 01 out. 2022.

RICCARDI, Daniele Ligabue. **A Relação Entre Prostituição e Polícia na Perspectiva da Mídia: na análise a partir do Correio Braziliense**. Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB), 2017. 69 p. Disponível em: https://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/23676/1/2017_DanieleLigabueRiccardi_tcc.pdf. Acesso em: 02 out. 2022.

ROBBINS, Stephen P. **Administração: mudanças e perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2003.

SILVA, Edna L. MENEZES; Estera M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED, 2007.

STEWART, Thomas A. **A Riqueza do Conhecimento: o capital Intelectual do século XXI**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

SUPER ABRIL. **Qual é a profissão mais antiga do mundo?** Revista Super Abril, 2012: Disponível em <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-e-a-profissao-mais-antiga-do-mundo/#:~:text=Diferentemente%20do%20que%20diz%20a,publicado%20pela%20Universidade%20de%20Harvard>. Acesso 24/10/2022.

THOMPSON, John B. 2002 [1990]. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes.

VALLE, Leonardo Dalla. Daspu e a Redefinição da Representação Social da Prostituta nos Meios de Comunicação de Massa do Brasil. Bauru: Universidade Estadual Paulista, 2010. 159 p.

VIEIRA, LEOCILÉA A. **Projeto de pesquisa e monografia: o que é? Como se faz?** Normas da ABNT. 3. ed. Curitiba: ed. do Autor, 2004.